

# Ciência e miscigenação racial no início do século XX: debates e controvérsias de Edgard Roquette-Pinto com a antropologia física norte-americana

*Science and miscegenation in the early twentieth century: Edgard Roquette-Pinto's debates and controversies with US physical anthropology*

Vanderlei Sebastião de Souza

Professor, Departamento de História/  
Universidade Estadual do Centro-Oeste.  
Rua Padre Salvador, 875  
85015-430 – Guarapuava – PR – Brasil  
vanderleidesouza@yahoo.com.br

Recebido para publicação em fevereiro de 2014.  
Aprovado para publicação em dezembro de 2014.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702016005000014>

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Ciência e miscigenação racial no início do século XX: debates e controvérsias de Edgard Roquette-Pinto com a antropologia física norte-americana. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, n.3, jul.-set. 2016, p.597-614.

## Resumo

O artigo analisa a participação do antropólogo brasileiro Edgard Roquette-Pinto no debate internacional envolvendo o campo da antropologia física e as discussões sobre miscigenação racial nas primeiras décadas do século XX. Trata especialmente da leitura, das interpretações e das controvérsias que o cientista brasileiro produziu com um grupo de antropólogos e eugenistas norte-americanos, entre eles nomes como Charles Davenport, Madison Grant e Franz Boas. O artigo também problematiza as diferentes formas de leitura e de apropriação intelectual, a circulação internacional de ideias e o modo como as interpretações antropológicas produzidas por Roquette-Pinto ganharam novos sentidos ao romper as fronteiras nacionais.

Palavras-chave: miscigenação racial; Edgard Roquette-Pinto (1884-1954); antropologia física norte-americana; racismo científico.

## Abstract

*The article analyzes Brazilian anthropologist Edgard Roquette-Pinto's participation in the international debate that involved the field of physical anthropology and discussions on miscegenation in the first decades of the twentieth century. Special focus is on his readings and interpretations of a group of US anthropologists and eugenicists and his controversies with them, including Charles Davenport, Madison Grant, and Franz Boas. The article explores the various ways in which Roquette-Pinto interpreted and incorporated their ideas and how his anthropological interpretations took on new meanings when they moved beyond Brazil's borders.*

*Keywords: miscegenation; Edgard Roquette-Pinto (1884-1954); US physical anthropology; scientific racism.*

No Brasil, o debate sobre miscigenação racial foi um dos assuntos que mais mobilizaram a opinião de cientistas e intelectuais nas primeiras décadas do século XX, motivando a produção de uma série de ensaios de caráter científico e literário. No contexto internacional, o tema também vinha suscitando inúmeras polêmicas, resultado tanto das teorias eugênicas e do racismo que grassava na Europa e nos EUA desde o século XIX quanto dos interesses imperialistas nos continentes africano, asiático e americano. Nesse cenário, em regra, os “cruzamentos raciais” eram duramente condenados por médicos, antropólogos, eugenistas e viajantes estrangeiros, sendo vistos como os grandes responsáveis pela degenerescência das populações não europeias. No caso brasileiro, o debate sobre miscigenação ganhou diferentes significados, desde visões negativas sobre o valor dos mestiços, passando por discussões sobre “mestiçagem” e branqueamento da população, até explicações que valorizavam a formação mestiça brasileira como elemento distintivo da identidade e da cultura nacional (Skidmore, 1976; Schwarcz, 1993; Maio, Santos, 1996; Stepan, 2005).

Em diálogo com essas diferentes interpretações, o médico e antropólogo Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) pode ser considerado um dos intelectuais brasileiros que mais atenção dedicaram aos estudos sobre miscigenação racial. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1905, Roquette-Pinto dedicou boa parte de sua trajetória aos estudos em antropologia física, atuando como antropólogo e etnógrafo do Museu Nacional por três décadas, entre 1905 e 1935. Além de suas atividades no campo da antropologia, seu nome também é identificado pelos trabalhos realizados na área da educação e da comunicação, e por sua atuação como membro da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e da Academia Brasileira de Ciências (Lima, Sá, 2008; Duarte, 2004; Souza, 2011). Como escritor, é conhecido especialmente pela publicação de *Rondônia: antropologia-etnografia* ([1917] 2005), obra na qual relatou as experiências vividas durante a expedição científica pelo interior do país. Sua produção intelectual inclui ainda a publicação de obras como *Seixos rolados: estudos brasileiros* (1927), *Ensaio de antropologia brasileira* (1933) e *Ensaio brasileiro* (1941), obras nas quais reuniu textos esparsos publicados em jornais e revistas científicas e literárias.

Neste artigo, analiso a maneira como Roquette-Pinto inseriu-se no debate internacional envolvendo o campo da antropologia física e as discussões sobre miscigenação racial. Tratarei especialmente da leitura, das interpretações e das controvérsias desse intelectual com um grupo de antropólogos formados pela tradição antropológica norte-americana. Argumento que Roquette-Pinto enfrentou o tema da miscigenação racial a partir de reflexões sobre as teorias e interpretações desenvolvidas por antropólogos como Charles Davenport, Madison Grant e Franz Boas. Procuo demonstrar que Roquette-Pinto realizou uma leitura politicamente seletiva desses autores, empregando os argumentos que se adequavam ao projeto de valorização dos “mestiços do Brasil” e, ao mesmo, refutando os que eram contraditórios. Procuo demonstrar que o debate e as apropriações de ideias feitas por Roquette-Pinto devem ser vistos como “estratégias anticoloniais”, concepção empregada por Sérgio Carrara (2004) para analisar a reação dos intelectuais brasileiros contra as teorias científicas que estigmatizavam ou inferiorizavam as populações mestiças. Diante da condenação que os europeus faziam da origem mestiça e da suposta imoralidade das populações não brancas, Carrara (2004, p.430) demonstra que a *intelligentsia* nacional mobilizou nas primeiras décadas do século XX uma

série de argumentos que refutavam esses estigmas, criando estratégias que pudessem construir uma “identidade nova e positiva para si mesma e para a nação”.

É importante destacar que, desde seu ingresso no Museu Nacional, Roquette-Pinto acionou seus estudos científicos para refutar as teses que apontavam a miscigenação como responsável pelo aparecimento de desordens físicas, intelectuais e sociais. Opondo-se às visões negativas de viajantes e naturalistas estrangeiros sobre a população brasileira, o antropólogo entendia que os “mestiços do Brasil” não poderiam ser considerados “tipos inferiores” ou degenerados. Em seu ponto de vista, a condenação contra os “povos mestiços” era sustentada por princípios empregados para justificar o ímpeto imperialista dos “povos arianos” (Roquette-Pinto, 1918, p.34-35). Essa afirmação sucedia aos estudos que o próprio Roquette-Pinto havia realizado sobre a constituição dos “tipos raciais” do Brasil, quando constatou que o processo de miscigenação em curso no país não implicava negativamente a formação de sua população.

Embora tivesse assumido a agenda reformista proposta por um grupo de sanitaristas, pensadores sociais e outros intelectuais brasileiros do início do século XX, as ideias que sustentavam os estudos de Roquette-Pinto só podem ser entendidas quando analisado o diálogo que mantinha com a antropologia física produzida em contexto internacional. Conforme pretendo demonstrar, a despeito do diálogo com as teorias antropológicas vindas do exterior, o antropólogo brasileiro não foi um leitor passivo das explicações produzidas em países como os EUA. Ao contrário, a leitura e as diferentes formas de apropriação feitas pelo antropólogo precisam ser compreendidas como uma atitude deliberadamente política. Este artigo destaca que o uso que Roquette-Pinto fazia das ideias e da autoridade científica que antropólogos estrangeiros utilizavam para explicar os efeitos da miscigenação implicava necessariamente um diálogo seletivo, diferentes formas de confrontos e controvérsias.

### **Charles Davenport, os mestiços e as “desarmonias antropológicas”**

Entre o final do século XIX e início do XX, intelectuais e autoridades norte-americanos sentiram uma nova urgência em pensar o “problema dos cruzamentos raciais”. A guerra civil nos EUA, a libertação dos escravos e a entrada crescente de imigrantes em várias partes do continente americano estimularam a publicação de um sem-número de panfletos, livros e revistas discutindo a “questão racial” e os efeitos da “mistura de raças” na formação das nações. Além disso, a crescente corrida imperialista e a ocupação do continente africano e asiático pelos europeus, além dos interesses dos EUA no continente americano, aumentaram dramaticamente a preocupação acerca do contato entre populações de diferentes origens raciais. Para a maioria dos norte-americanos, a aproximação entre brancos e negros, ou mesmo entre brancos e amarelos, deveria ser encarada como uma ameaça à suposta pureza de sangue e aos valores civilizatórios dos povos arianos (Provine, 1973, p.790). Como resultado desse temor, médicos, antropólogos, eugenistas e geneticistas foram financiados pelo governo, por empresas colonizadoras, instituições científicas e associações públicas e privadas para desenvolver estudos sobre as características dos povos não brancos e os efeitos da miscigenação entre as populações de origem europeia e nativos de outros continentes (Proctor, 1998; Steinmetz, 2007).

Além do uso da anatomia, da fisiologia e da psicologia racial, os estudos antropológicos realizados nesse período também passaram a utilizar a genética como ferramenta para compreender a constituição, os comportamentos e o funcionamento da hereditariedade nas raças humanas. Com a “redescoberta” das leis de Mendel no início do século XX, alguns antropólogos entendiam que era possível realizar experimentos genéticos também com humanos, permitindo que se investigasse, por exemplo, os efeitos dos cruzamentos raciais e a constituição somatológica das populações mestiças. Como já vinha ocorrendo nas pesquisas no reino animal e vegetal, os antropólogos acreditavam que seria possível elucidar fenômenos humanos inextricáveis, como a dominância de traços, a esterilidade, a reversão para os caracteres ancestrais e a combinação de fatores genéticos nos cruzamentos entre raças tidas como heterogêneas (Provine, 1973, p.791).

A antropologia produzida por Roquette-Pinto deve ser vista justamente como resultado da leitura e do enfrentamento das principais questões que vinham mobilizando o campo da antropologia física em países como a Alemanha e os EUA. Se o contato de Roquette-Pinto com a antropologia alemã fertilizou seus estudos de diferentes maneiras, especialmente devido ao seu contato com Eugen Fischer e Felix von Luschan (Souza, 2011), sua interlocução com a tradição antropológica norte-americana não seria menos profícua. As obras de autores consagrados na literatura internacional, como Charles Davenport, Madison Grant, Lothrop Stoddard, Raymond Pearl, Franz Boas e Rüdiger Bilden, eram bastante familiares ao antropólogo brasileiro. Ao longo dos anos 1920 e 1930, Roquette-Pinto manteve correspondência frequente não apenas com alguns desses autores, mas também com instituições científicas daquele país, o que possibilitava acompanhar de perto as ideias e polêmicas com que a antropologia norte-americana estava envolvida.

Entre esses autores, Charles Davenport foi sem dúvida uma das referências mais importantes para o antropólogo brasileiro, especialmente por reafirmar o papel da genética mendeliana nos estudos antropológicos e eugênicos. Formado em biologia pela Universidade de Harvard e doutor em zoologia pela Universidade de Cambridge, Davenport foi um dos mais ativos e proeminentes da nova geração de biólogos norte-americanos formada na passagem do século XIX para o XX. Como professor de zoologia da Universidade de Harvard por quase dez anos, adquiriu interesse e prestígio por seus estudos em biometria e genética animal, sendo um dos primeiros a abraçar as teorias mendelianas. Em 1904, fora nomeado pela Carnegie Institution of Washington para dirigir a recém-criada Station for Experimental Evolution, em Cold Spring Harbor, Nova York (Rosenberg, 1997, p.89; Kevles, 1985, p.45).

Nos laboratórios da Carnegie Institution, onde criou um grupo de jovens biólogos especializados em hibridização e seleção natural, Charles Davenport desenvolveu pesquisas sobre a genética em pássaros caseiros, como os canários, exercendo um papel importante nas primeiras análises mendelianas acerca do funcionamento da hereditariedade. Anos depois, estimulado pela crença de que as leis de Mendel poderiam ser empregadas para o estudo da genética humana, iniciou uma série de pesquisas sobre a hereditariedade de determinados traços humanos, como a cor dos olhos e da pele, o formato do cabelo, do nariz e da orelha (Kevles, 1985, p.46). Após reunir uma grande quantidade de dados extraídos de registros familiares, formou a base para a publicação, em 1911, do livro *Heredity in relation to eugenics*. Nessa obra procurou demonstrar que tanto as doenças mentais, a insanidade, a epilepsia,

o alcoolismo, o “pauperismo” e a criminalidade, quanto o temperamento psicológico, a inteligência e o talento para a ciência, a matemática, as letras e a música, eram herdados geneticamente (Davenport, 1911, p.IV-V).

Ignorando os efeitos do ambiente na formação racial, Davenport (1911, p.220-224) apontava a imigração e os cruzamentos raciais como responsáveis pela transmissão de doenças e pela existência de uma série de problemas sociais. Convencido de que o mendelismo poderia explicar de forma inteligível os efeitos dos cruzamentos raciais humanos, Davenport publicou em 1917 um longo artigo na revista *Genetics* sobre a herança da estatura no homem. Seus estudos procuravam demonstrar que determinados componentes da estatura poderiam ser herdados separadamente. Isso permitia argumentar que um indivíduo, nascido de cruzamento de raças diferentes, poderia herdar pernas longas de um parente e braços curtos de outro. Essa mesma “desarmonia” antropológica, acreditava ele, se encontraria também em outras partes do corpo (Davenport, 1917a, p.346-348).

Em outro artigo, publicado ainda em 1917 pela American Philosophical Society, Charles Davenport (1917b, p.364) questionava quais seriam os resultados dos cruzamentos raciais (especialmente numa região de imigração bastante heterogênea, como o estado de Nova York), uma vez que as raças se diferiam umas das outras por características genéticas variadas. Embora entendesse que o número de estudos sobre genética humana e miscigenação ainda não possibilitasse conclusões definitivas, sua resposta consistia em afirmar que os cruzamentos de raças diferentes gerariam “híbridos” com novos caracteres, cuja combinação genética poderia levar a uma série de “desarmonias antropológicas”, tanto físicas quanto mentais e temperamentais. Como conclusão, destacava que a miscigenação gera indivíduos insatisfeitos, inquietos e ineficientes (Davenport, 1917b, p.366-367).

Os trabalhos de Davenport encontraram um terreno fértil para o debate sobre os efeitos dos cruzamentos raciais, uma vez que setores da sociedade norte-americana cada vez mais voltavam suas preocupações para a presença de negros, mestiços e imigrantes de diferentes nacionalidades no território americano (Kevles, 1985; Provine, 1973). Indo ao encontro das ideias que o próprio Davenport e outros antropólogos e geneticistas haviam sustentado, as autoridades norte-americanas temiam que os efeitos da miscigenação não apenas afetassem as “boas características” das “raças arianas”, como também aumentassem drasticamente os problemas sociais e a formação de indivíduos doentes, fisicamente degenerados e intelectualmente inferiores (Kevles, 1985, p.70-84). Apesar de não assumir deliberadamente uma política de segregação racial, Davenport reivindicava que um amplo programa de seleção eugênica deveria ser instituído pelo Estado, estimulando a reprodução entre indivíduos de “boas combinações” genéticas e impedindo o surgimento de “tipos híbridos” (Provine, 1973, p.791).

Estimulado por essas preocupações, ao longo dos anos 1920, Davenport continuaria investindo esforços para compreender os efeitos dos “cruzamentos raciais” e as diferenciações entre as “raças puras” e os “tipos híbridos”, fosse do ponto de vista físico ou mental. Em 1926, juntamente com seu assistente Morris Steggerda, um jovem antropólogo formado em zoologia pela Universidade de Illinois, Davenport realizaria um amplo estudo antropológico e genético sobre o “problema dos cruzamentos raciais” na Jamaica, país formado por uma grande população de negros, brancos e mestiços. A partir da compilação de centenas de medidas

físicas e de testes psicológicos, realizado entre mais de trezentos adultos e crianças em idade escolar, seu objetivo consistia em fazer um estudo comparativo sobre as características físicas, as habilidades mentais e a eficiência da população negra e branca, bem como dos mestiços originados desses dois grupos. A pesquisa tinha sido possível graças ao financiamento da Carnegie Institution, por meio de uma doação do milionário Wickliffe Preston Draper, um entusiasta do movimento eugênico norte-americano (Farber, 2011, p.37). O estudo seria publicado em 1929 com o título *Race crossing in Jamaica*, um grosso volume apresentando o resultado de testes psicológicos, pesquisas com dados antropométricos e dezenas de fotografias de negros e mestiços da ilha caribenha.

Os dados levantados por Davenport e Steggerda reforçaram ainda mais a preocupação com a “mistura de raças”. Segundo eles, conforme escreveram em 1928 na revista *Scientific Monthly*, a propósito do resultado de suas pesquisas na Jamaica, as características de brancos e negros diferiam de tal modo que os híbridos resultantes dessas duas raças apresentariam grande variabilidade em relação a cada uma das linhagens, o que explicaria a existência, entre os mestiços, de desarmonias físicas e instabilidade nos comportamentos e nas habilidades mentais (Davenport, Steggerda, 1929, p.237). Do mesmo modo que havia estabelecido nos artigos que publicara em 1917, Charles Davenport repetiria o argumento de que os cruzamentos poderiam gerar “aberrações físicas”, dando como exemplo os mestiços que apresentavam desarmonias entre o comprimento das pernas e dos braços em relação ao corpo, o tamanho dos pés e das mãos, a distância entre os olhos e o formato do nariz. A causa desses traços desarmonicos, explicavam eles, seria a combinação de fatores genéticos antagônicos, conforme sua análise mendeliana permitia observar (Davenport, Steggerda, 1929, p.237-239).

Contudo, Davenport admitia que a maior desarmonia existente entre os híbridos era mesmo dos traços mentais. No relatório em que divulgaram os primeiros resultados de suas pesquisas com a população jamaicana, Davenport e seu assistente questionavam os antropólogos que negavam a existência de uma série de “evidências satisfatórias” sobre as diferenças entre as capacidades mentais e morais das “principais raças humanas”. Embora concordassem com esses antropólogos quanto à possibilidade de utilizar a educação e o treinamento como forma de “promover o desenvolvimento de povos primitivos”, negavam que todas as raças fossem portadoras dos mesmos “dotes nativos”, uma vez que haveria diferenças mentais inatas a cada uma das raças (Davenport, Steggerda, 1929, p.67). Apesar de alguns mestiços se destacarem por suas habilidades com a música e para a resolução de “equações matemáticas simples”, ou mesmo por sua maior resistência a determinadas doenças, os autores enfatizavam que boa parte da população híbrida pertencia a um grupo de “pessoas intelectualmente incompetentes” e “inferiores” quando comparadas à “raça branca” (Davenport, Steggerda, 1929, p.238). Os autores chegaram mesmo a lembrar, referindo-se à obra *Voyage to Brazil*, de Agassiz, que apesar dos híbridos serem vistos como mais independentes que os negros, muitos deles eram “instáveis e indisciplinados”. Partindo dessa compreensão, Davenport e Steggerda (1929, p.238) concluíam: “Se somente a sociedade tivesse a força para eliminar a metade inferior de uma população híbrida, então a permanência da metade superior poderia ser uma clara vantagem para a população como um todo”. Contudo, como essa seleção ainda era impraticável, a miscigenação de maneira alguma seria benéfica para a sociedade.



Roquette-Pinto não apenas conhecia os estudos de Charles Davenport como também com ele chegara a se corresponder, tendo trocado informações de pesquisa, documentos institucionais e materiais bibliográficos (Souza, 2011). No mesmo ano em que a publicação do livro sobre os mestiços da Jamaica veio a lume, Davenport recorrera a Roquette-Pinto para obter informações sobre o processo de miscigenação racial e as características antropológicas da população do Brasil. Na carta que enviara ao antropólogo brasileiro, informava que o “Comitê de Cruzamento Racial”, ligado à International Federation of Eugenics Organizations, que o próprio Davenport presidia, “está buscando as áreas onde o cruzamento racial entre dessemelhantes, mais ou menos puros, está agora ocorrendo ou ocorreu durante as duas últimas gerações” (Davenport, 19 abr. 1929). Por esse motivo, explicava Davenport (19 abr. 1929):

O comitê apreciaria muito sua assistência neste estudo. Agradeceríamos se nos enviasse as seguintes informações: (1) os estados ou províncias onde o cruzamento de raças está ocorrendo; (2) as raças envolvidas (europeus e negros, europeus e americanos, chineses e malaios, europeus do norte e do sul); (3) o número de gerações durante os quais a hibridação tenha ocorrido em escala significativa. Gostaríamos que nos recomendasse publicações sobre cruzamentos de raças em seu país, ou pessoas que possam fornecer fotografias de raças ou de raças híbridas.

Dez dias após ter recebido a missiva, Roquette-Pinto (2 abr. 1929, s.p.) comunicara em artigo na imprensa paulista que a resposta ao “conhecido biólogo norte-americano” seria remetida “o mais depressa possível, transmitindo-lhe o resultado de observações iniciadas há uns vinte anos”, referindo as pesquisas que vinha realizando no Museu Nacional desde os anos 1910. Embora a resposta que Roquette-Pinto enviou a Davenport não tenha sido localizada, é possível imaginar que o antropólogo brasileiro encaminhara suas “Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil”, texto que havia publicado poucos meses antes nos *Arquivos do Museu Nacional* (Roquette-Pinto, 1929). Nesse artigo, apesar de defender um argumento bastante distinto daquele publicado por Charles Davenport, sobretudo no que dizia respeito aos efeitos da miscigenação, Roquette-Pinto indicara seu colega americano como uma referência importante em seus estudos antropológicos. É possível, inclusive, que tenha encaminhado uma série de fotografias sobre os “tipos antropológicos” do Brasil, que ele próprio havia reunido durante suas pesquisas.

Para o antropólogo brasileiro, Davenport representava uma das principais autoridades no campo da genética e da antropologia. Em artigo publicado em 1929, a propósito do relatório de atividades científicas que Davenport lhe enviara, Roquette-Pinto (2 abr. 1929, s.p.) saudava o colega norte-americano pela pesquisa “interessante” que realizou sobre “o cruzamento de raças humanas na Jamaica”. Além de destacar os novos métodos empregados por Davenport para diferenciar as características raciais, como o uso do exame de sangue e os testes psicológicos, Roquette-Pinto comentara alguns dos resultados publicados pelos autores, sobretudo no que dizia respeito ao aspecto comparativo entre brancos, negros e mestiços. Uma das “conclusões inesperadas” que chamaram sua atenção teria sido a demonstração de que os negros são mais “bem-dotados” que os brancos no que diz respeito a “capacidade musical”, “memória visual” e habilidade para desenhar, que Davenport e Steggerda haviam chamado de “capacidades sensoriais” (Roquette-Pinto, 2 abr. 1929, s.p.).

Em relação às capacidades intelectuais dos mestiços jamaicanos, Roquette-Pinto destacara que Davenport os havia classificado numa posição intermediária entre brancos e negros. Lembrava que “embora alguns mulatos sejam iguais aos mais bem-dotados brancos quanto a certas características mentais, existe entre eles, contudo, uma grande percentagem de indivíduos que parecem menos aptos do que os próprios negros a atingir seu progresso natural”. O antropólogo brasileiro concordava com o colega dos EUA, frisando que suas pesquisas realizadas no Brasil nesse mesmo período permitiam “dizer mais ou menos a mesma coisa”. Entretanto, estaria “convencido” de que tudo isso ocorreria “por conta de causas muito mais ‘sociais’ do que ‘biológicas’” (Roquette-Pinto, 2 abr. 1929, s.p.).

Embora essa ressalva final mudasse o sentido que Davenport havia dado aos seus estudos, Roquette-Pinto não fizera observações sobre as condenações radicais que o autor norte-americano havia proferido contra os cruzamentos raciais. Vale destacar que a publicação de *Race crossing in Jamaica* iniciou uma série de polêmicas entre geneticistas e antropólogos norte-americanos. Mesmo tendo recebido boa acolhida por parte de cientistas influentes, como do geneticista Herbert Spencer Jennings, objeções e críticas contundentes aos resultados das pesquisas espalharam-se pelas revistas científicas norte-americanas e europeias. As polêmicas estimularam troca de farpas, tanto por meio de artigos científicos quanto por correspondências, entre os críticos e os defensores de Davenport. O eugenista inglês Karl Pearson, uma das principais lideranças do movimento eugênico mundial, teria se oposto aos experimentos e às conclusões sustentadas em *Race crossing in Jamaica*, sobretudo no que dizia respeito à falta de evidências acerca das supostas desarmonias físicas e mentais existente entre os “tipos híbridos” (Provine, 1973, p.793-794).

Apesar de não haver menção a esse debate em seus trabalhos, é provável que Roquette-Pinto conhecesse as críticas contra Davenport. Contudo, isso parece não ter sido suficiente para fazer com que o antropólogo brasileiro deixasse de se referir a Charles Davenport como uma das principais autoridades no campo da genética e da antropologia. Do mesmo modo que fazia em relação à leitura da obra de outros antropólogos, Roquette-Pinto também silenciou sobre as teorias racistas que alimentavam os trabalhos do antropólogo norte-americano. Ao que tudo indica, os estudos de Davenport assumiram um papel importante nos estudos de Roquette-Pinto, menos por suas ideias do que pela defesa de um modelo de antropologia mais atualizado com a moderna biologia, em oposição à antropologia francesa que se caracterizara pelos estudos craniométricos. Isso ficava caracterizado, por um lado, pelas inúmeras referências que fazia aos métodos e às técnicas empregadas por esse autor e, por outro, pelo uso da genética mendeliana e sua conciliação com os estudos biométricos.

Curiosamente, a despeito das referências positivas aos trabalhos do colega norte-americano, Roquette-Pinto mais de uma vez manifestou fortes críticas às ideias de um grupo de autores bastante alinhados a Charles Davenport. Em artigo publicado em 1931, no *Boletim de Ariel*, o antropólogo brasileiro não deixaria de se opor aos estudos do antropólogo norueguês John Alfred Mjösen, de quem havia sido publicado um longo artigo no *Boletim de Eugenia*, traduzido pelo eugenista brasileiro Renato Kehl, intitulado *Cruzamentos de raças* (Roquette-Pinto, out. 1931). Tratava-se de um texto que resumia as ideias que Mjösen havia apresentado no segundo Congresso Internacional de Eugenia, realizado em 1921, em Nova York, sob a presidência de Charles Davenport. Os pressupostos de Mjösen, inclusive, seriam



citados por Davenport em seu *Race crossing in Jamaica* para reafirmar a concepção de que a miscigenação produzia desarmonias genéticas e glandulares nos mestiços, ocasionando um maior número de doenças e de problemas sociais, como a criminalidade e a insanidade (Davenport, Steggerda, 1929).

Roquette-Pinto, entretanto, contestaria a afirmação de Mjöen, segundo a qual a frequência de doenças nos “indivíduos de meio-sangue” resultava de “perturbações glandulares” devido aos “cruzamentos raciais”. Seria verdadeiro o argumento de que a constituição biológica dos mulatos geraria um maior contingente de doentes? – questionava Roquette-Pinto (out. 1931, p.4) em suas considerações sobre o artigo de Mjöen. De acordo com seu modo de pensar, não era “absolutamente” o que ele próprio havia verificado entre os médicos brasileiros. Bastaria ver “as estatísticas do obituário nacional” para contestar as palavras do eugenista norueguês. Em sua compreensão, Mjöen fazia parte da “escola” daqueles que colocavam o pensamento no lugar dos experimentos científicos. Faltaria nos estudos desse autor o próprio “*substratum* da ciência”, aquilo que dava sustentação aos argumentos antropológicos, como a apresentação de “provas, documentos, observações, experimentos” (p.4).

### **Leituras e críticas à antropologia arianista norte-americana**

Na passagem dos anos 1920 para os anos 1930, o contato de Roquette-Pinto com o pensamento antropológico norte-americano foi constante. Além do interesse pela própria antropologia física e o debate sobre miscigenação, a literatura científica produzida nos EUA chamara sua atenção pelas controvérsias que envolviam as discussões sobre eugenia e seleção de imigrantes. Em seus escritos, encontram-se referências, resumos e comentários das principais obras de escritores renomados e polêmicos como Madison Grant (1865-1937), Lothrop Stoddart (1883-1950) e Alfred Paul Schultz (1878-1950), autores bastante próximos ao círculo de Charles Davenport (Spiro, 2009). Assim como este último, todos eram membros da American Anthropological Association (AAA) e adeptos das teorias oriundas do racismo científico. Na definição de Roquette-Pinto (1925, s.p.), os nomes de Grant, Stoddart e Schultz formavam “a tríade contrária à mistura de raças”.

Esses autores se tornaram *best-sellers* não apenas pela apologia que faziam à superioridade racial nórdica e pela condenação aos cruzamentos raciais, mas também pela tentativa de narrar, na esteira de Arthur de Gobineau e do darwinismo social, a história da civilização ocidental a partir das explicações biológico-raciais. O antropólogo e eugenista Alfred Schultz havia publicado em 1908 a obra *Race or mongrel: a brief history of the rise and fall of the ancient races of earth*, por meio da qual desenvolveu a teoria de que o declínio e a queda dos grandes impérios ou nações foram devidos à miscigenação com raças estrangeiras. De outro lado, a força militar e a superioridade política que outras nações haviam conquistado, especialmente no norte da Europa, eram explicadas pela preservação da pureza racial (Schultz, 1908). Na compreensão desse autor, como o próprio Roquette-Pinto (1925, s.p.) ironicamente anotara, “as raças puras” teriam construído a civilização ocidental, lembrando que a existência de “raças puras” não passava de um mito.

Partindo dessas teorias, Alfred Schultz profetizava que a grande nação norte-americana também estaria condenada ao declínio, a menos que a imigração e os cruzamentos raciais

fossem rigorosamente controlados. Em seu ponto de vista, para compreender os males que a imigração e a livre miscigenação causavam a uma nação, bastaria analisar seus efeitos no Brasil. Repetindo as palavras de Louis Agassiz e do general Christopher C. Andrews, que realizaram viagens pelo Brasil durante o século XIX, o autor afirmava que a miscigenação da população brasileira, sobretudo entre brancos, negros e indígenas, havia produzido um tipo racial “preguiçoso”, uma “classe perturbadora” que se caracterizava pela baixa “energia física e mental”. Além disso, os mestiços do Brasil seriam inferiores ao próprio *stock* das raças originárias, fossem elas de origem africana ou indígena (Schultz, 1908, p.7, 8). As anotações de Roquette-Pinto ressaltavam o fato de Schultz ter dirigido uma condenação ainda maior contra a população do Peru, onde a degeneração racial teria atingido grau ainda mais elevado. Nesse país, além da existência de um grande número de mestiços de origem africana e indígena, havia ainda um contingente de mestiços com sangue chinês, visto por Schultz como altamente prejudicial ao desenvolvimento da civilização e do progresso (Roquette-Pinto, 1925, s.p.).

O temor sobre a “mongrelização” do mundo ocidental também era uma preocupação forte do historiador e antropólogo Lothrop Stoddard, tido como um dos principais adeptos do arianismo nos EUA. Autor de mais de uma dezena de livros, Stoddard ganhou notoriedade com a publicação da obra *The rising tide of color against white world-supremacy*, em 1920 (Guterl, 2002, p.52-55). O livro trazia uma extensa introdução de seu amigo Madison Grant, que ressaltava a importância dos argumentos de Stoddard, especialmente no contexto imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial, quando as nações europeias discutiam sua reorganização racial, social e política (Grant, 1920, p.XI-XXXII). Assim como Schultz, Stoddard declarava que a eliminação e a absorção das “raças brancas” pelas “raças de cor”, fruto do crescimento da miscigenação, poderia resultar na destruição da civilização ocidental. O retrato racial pintado por Stoddard (1920, p.299-310) dividia o mundo entre “brancos” e os “povos de cor” (amarelos, pretos, ameríndios e mestiços), destacando que o “crescimento explosivo” destes últimos, aliado aos desastres da Primeira Guerra, e o “colapso” do colonialismo vinham reduzindo a “supremacia branca no mundo”.

A preocupação de Stoddard, conforme o próprio Roquette-Pinto (1925, s.p.) resumia em seus cadernos de anotações, se devia à compreensão de que “as raças de cor ultrapassariam as brancas em mais de 2 por 1”. Elas estariam crescendo tão depressa que, enquanto as “raças brancas” demorariam oitenta anos para se duplicar, as amarelas levariam sessenta, e as “raças negras” apenas quarenta, o que aumentaria a projeção para o crescimento dos mestiços. Para o antropólogo brasileiro, ao contrário do que pensava Stoddard, isso não deveria ser visto com preocupação, pois a miscigenação vinha se tornando uma realidade em todas as partes do mundo, inclusive no norte do continente europeu. Na compreensão de Roquette-Pinto, a ideia de que ainda haveria “raças puras”, somada à compreensão de que a miscigenação era uma grande ameaça à civilização, não passaria de uma grande falácia.

Embora Roquette-Pinto (1924, p.23-27) concordasse que o conceito de raça só fizesse sentido em termos “mais elementares, mais objetivos, mais simples, puramente biológicos, anatômicos, fisiológicos e psicológicos”, entendia que a história dos povos e das nações não deveria ser contada apenas desse ponto de vista. Referindo-se ao pensamento do historiador e filólogo francês Joseph Ernest Renan (1823-1892), lembrava que a história das nações e dos povos não poderia prescindir do conhecimento de sua etnologia, de sua etnografia e da

história de suas tradições. Aqui, o antropólogo brasileiro parecia reprovar a maneira como vinha sendo escrita a história das populações na Europa, tal qual propunham antropólogos como Stoddard, Schultz e Madison Grant. Para eles, a história da civilização ocidental deveria ser narrada em termos raciais, como uma história da evolução biológica humana, ou mesmo uma história das “lutas de raças”. As conquistas, o progresso e os retrocessos da civilização ocidental, acreditavam esses autores, poderiam ser explicados pela formação dos principais grupos raciais, por suas histórias de ocupação, isolamento e distribuição geográfica, pelas guerras, invasões, imigrações e migrações, sobretudo dos povos europeus (Schultz, 1908; Grant, 1916; Stoddard, 1920).

Em texto escrito no início dos anos 1920 sobre a antropologia das nações europeias, Roquette-Pinto fizera uso das principais obras desses autores, sobretudo do livro *The passing of the great race*, publicado por Madison Grant em 1916. Embora seus pressupostos se distanciassem daqueles defendidos por Grant, muitas das informações que acompanhavam essa obra foram largamente empregadas pelo antropólogo brasileiro. Em suas palavras, se as “opiniões sectárias do autor” fossem desprezadas, era preciso “reconhecer que os seus mapas antropológicos da Europa e o esboço que os acompanha representam com clareza o que se admite como fatos mais prováveis nos anais da ciência atual” (Roquette-Pinto, 1924, p.25-27).

Caracterizado como um dos autores mais influentes do racismo científico, Madison Grant desenvolveu em *The passing of the great race* uma poderosa apologia à superioridade racial nórdica. Como um dos líderes do movimento eugênico nos EUA, ao lado de figuras como Charles Davenport, Harry Laughlin e Henry Osborn, todos associados à Eugenics Record Office (ERO) e à Galton Society, Madison Grant utilizou seu livro para chamar atenção contra o perigo que a imigração e a “mistura de raças” representavam para o futuro dos EUA.

Lançado durante os anos de guerra, *The passing of the great race* teve uma recepção bastante polêmica nos EUA, tornando-se um best-seller da ciência mundial. O livro se tornaria tão popular que novas edições rapidamente seriam publicadas, inclusive com traduções em Alemanha, França e Noruega. Suas primeiras edições foram saudadas com entusiasmo pela imprensa americana e por antropólogos e eugenistas ligados ao ERO e à AAA (Spiro, 2009, p.143-166). De acordo com Charles Davenport, amigo e parceiro intelectual de Madison Grant, o livro era um estudo sem igual na ciência mundial, uma obra fundamental para “destruir os ídolos” do igualitarismo racial (Spiro, 2009, p.343). A edição alemã de 1925 seria saudada por ninguém menos que Adolf Hitler, que escreveu a Grant agradecendo-lhe por ter escrito o livro que havia se transformado em sua “Bíblia”. A edição alemã teria, inclusive, inspirado passagens do livro *Mein Kampf*, escrito por Hitler entre 1925 e 1926. Não à toa, quando o partido nazista publicou, em 1936, sua recomendação oficial sobre quais livros deveriam ser lidos, somente duas obras de autores não alemães constavam na lista: *Inequality of human races*, de Arthur de Gobineau, e *The passing of the great race*, de Madison Grant (Spiro, 2009, p.357).

O livro de Grant sofreu também críticas contundentes, especialmente nos EUA, vindas de um grupo de antropólogos e ativistas antirracistas, a maioria deles ligados ao antropólogo de origem alemã Franz Boas. De acordo com o historiador Jonathan Spiro, os ataques mais contundentes viriam mesmo do próprio Boas, que não apenas rejeitara a divisão da humanidade em subespécies hierarquicamente distintas, como também

desafiara o argumento de Grant sobre a existência da superioridade da raça ariana. Boas também negaria que houvesse qualquer relação entre as características físicas de uma população e seus traços mentais ou morais (Spiro, 2009, p.298). Grant, por sua vez, responderia argumentando que a identidade judaica e os pressupostos ambientalistas de seu oponente (cuja antropologia procurava provar a capacidade do meio em alterar as características físicas e mentais dos imigrantes) eram os principais motivos dos ataques contra ele (Spiro, 2009, p.299).

Para o historiador Jonathan Spiro, o confronto entre Boas e Grant significou também uma disputa pela própria autoridade antropológica nos EUA, sobretudo no que dizia respeito à definição do grupo que deveria controlar a AAA. Boas e seus ex-alunos não apenas tencionavam assumir a direção dessa instituição, que até o final dos anos 1910 era dominada pelo grupo de Grant e Davenport, como também mudar sua própria diretriz intelectual e política. Para Boas e seus aliados, a AAA estaria a serviço do movimento eugênico e do racismo científico, e não do desenvolvimento da antropologia americana (Spiro, 2009, p.298-310). Como resposta, o grupo aliado a Grant, Davenport, Laughlin e Osborn, conhecidos como os “quatro grandes do racismo científico nos Estados Unidos”, criaria, em 1918, a Galton Society, tendo como objetivo promover os estudos eugênicos (Spiro, 2009, p.298).

Assim como Boas e seus discípulos, Roquette-Pinto (1924, p.41) também entendia que o livro *The passing of the great race* “é todo ele tendencioso” e estaria a serviço das “teses arianistas”. Embora entendesse que o trabalho de Madison Grant trazia informações “interessantes” sobre a formação dos povos europeus, concluía que a ideia da “supremacia da raça ariana” não passava de uma “pura invenção” dos defensores da antropossociologia de Lapouge e Gobineau. De acordo com o antropólogo brasileiro, Grant foi um dos que mais fervorosamente alimentaram a “questão ariana”, debate que “durante tantos anos inflamou o entusiasmo de antropólogos, eugenistas e filólogos, provocando a vultuosa biblioteca onde se podem encontrar exaustivos tratados escritos para defender ou negar a invasão da Europa ... por parte de uma raça eleita e culta, vinda da Ásia ou formada no sul da Rússia” (Roquette-Pinto, 1924, p.41). Apesar de as controvérsias sobre a existência da “raça ariana” já terem caído em desuso, afirmava Roquette-Pinto, ainda permanecia “um rastro importante da doutrina da supremacia do pretendido tipo ariano, o dólico-louro, a raça superior que havia nascido para dominar” (p.42). Esse “rastro” seria alimentado por autores que, como Grant, Schultz e Stoddard, seguiam “a síntese da escola antropossociológica de Gobineau, Chambelain, Lapouge e Desmolins” (p.42), autores que na segunda metade do século XIX fundaram as bases do moderno racismo científico.

## **O debate com a antropologia de Franz Boas**

Por caminhos diferentes, tanto Franz Boas quanto Roquette-Pinto investiram sua produção antropológica para rebater o racismo científico. O antropólogo brasileiro conhecia os estudos de Boas pelo menos desde 1911, quando participou do primeiro Congresso Universal de Raças, realizado em Londres. Embora Boas não estivesse presente no evento, mandara um *paper* sobre os resultados de suas pesquisas entre os imigrantes nos EUA, que fora lido entre os participantes. Roquette-Pinto e Boas se conheceram pessoalmente mais tarde, durante

o 21º Congresso Internacional de Americanistas, realizado em 1924, em Gotemburgo, na Suécia, e em Haia, na Holanda. Nesse congresso, conheceu também um dos principais discípulos de Boas, o jovem antropólogo Melville Herskovits, cujo nome ficaria conhecido por seus estudos sobre o negro e a cultura africana nos EUA (Roquette-Pinto, 14 jan. 1925). Antes de retornar ao Brasil, Roquette-Pinto teria realizado uma viagem aos EUA a convite do próprio Boas, quando conheceu a Universidade de Columbia e outras instituições de ensino e pesquisa daquele país. A partir de então, de acordo com alguns relatos de memórias deixadas por Roquette-Pinto, teriam se tornado amigos e parceiros intelectuais. Boas teria, inclusive, enviado “muitas cartas” ao antropólogo brasileiro apresentando-lhe “jovens discípulos que vinham estudar no Brasil” (Roquette-Pinto, 27 jun. 1954).

Apesar dessa proximidade intelectual e de ambos refutarem as teses sobre a inferioridade racial dos mestiços, esses autores, conforme argumenta Nísia Trindade Lima (2010, p.268), “apresentavam sensíveis diferenças no que se refere ao modo de conceber a antropologia e o ofício do antropólogo”. Enquanto a antropologia boasiana caminhou da antropologia física em direção à antropologia cultural, opondo-se às concepções evolucionistas que procuravam explicar o desenvolvimento das sociedades humanas, Roquette-Pinto sempre fora um adepto da antropologia biológica e da perspectiva evolucionista, tanto a de cunho positivista quanto aquela que se ligava aos estudos da eugenia e da genética humana. Desse modo, mesmo considerando que a antropologia roquetteana sempre esteve aberta às explicações culturais e políticas (Lima, 2010, p.269), pelo menos no que dizia respeito ao uso do conceito de raça e aos significados atribuídos à herança biológica se distanciava do antropólogo alemão radicado nos EUA.

Como é possível perceber em seus escritos e em sua correspondência pessoal, Roquette-Pinto vinha ao longo dos anos 1920 travando conhecimento com alguns dos principais trabalhos de Boas, especialmente com a obra *Changes in bodily form of descendants of immigrants*, que lhe dera notoriedade antropológica internacional. Publicado em 1911, o livro de Boas trazia um extenso estudo em que questionava a fixidez dos traços corporais, consideradas as características mais estáveis e permanentes das “raças humanas”. O objetivo de Boas consistia em demonstrar que o ambiente, e não apenas os cruzamentos raciais, era responsável por produzir uma série de variações nas características físicas, inclusive no formato do crânio, cuja fixidez era um dos principais paradigmas da antropologia física da época (Stocking, 1968, p.178). Em 1921, em conferência na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Roquette-Pinto (1921, s.p.) destacaria que os estudos de Boas haviam demonstrado que, ao entrar em contato com um novo ambiente, as formas corporais sofriam alterações:

Na América do Norte o professor Boas verificou que a altura dos filhos de imigrantes austríacos aumentava e a dos imigrantes italianos diminuía, e no entanto os seus filhos nascem com o crânio alongado. O judeu da Europa tem o crânio alongado e na América ele tem o crânio redondo. Falando difícil podemos dizer: os judeus da Europa são braquicéfalos e dolicocefalos os da América, sucedendo o contrário aos italianos. O meio físico faz com que o crânio dos italianos que é longo na Sicília torne-se redondo na América.

Em seu caderno de anotações, Roquette-Pinto (Roquette-Pinto, 1925, s.p.) escrevera em frases soltas: “muitos pensam que só pelo cruzamento se assimilam os imigrantes”, destacando,

logo em seguida, que “Boas mostrou que a raça não é coisa fixa e que o meio a modifica”. O antropólogo brasileiro citaria ainda uma das mais fortes sentenças de Boas publicada em seu livro de 1911: “nenhuma das características dos tipos humanos que vêm para a América permanecem estáveis”. Nesse mesmo caderno de anotações, não deixaria de lembrar que Franz Boas negava a ideia de que os cruzamentos raciais causariam degeneração do tipo, seja pela miscigenação entre brancos e negros ou entre brancos e indígenas (Roquette-Pinto, 1925, s.p.).

Como um mendeliano, o antropólogo brasileiro tinha dúvidas quanto à influência que o ambiente – a chamada perístase – exercia sobre a conformação hereditária dos indivíduos. Assim como Davenport, Roquette acreditava que somente por meio da miscigenação racial é que se poderia mudar a hereditariedade na espécie humana. Comentando os experimentos genéticos que Charles Davenport vinha realizando na Carnegie Institution, Roquette-Pinto (2 abr. 1929) frisava: “todas as pessoas cultas sabem que, atualmente, a decantada ‘influência do meio’ foi reduzida a limites muito mais restritos. Os biólogos, na sua maioria, não acreditam que o meio seja capaz de agir sobre os caracteres hereditários, todos eles dependentes do plasma germinativo”.

É possível dizer que, na leitura de Roquette-Pinto (15 out. 1929), Boas não apenas teria negado as explicações mendelianas para a análise da hereditariedade humana, como também se identificaria com a genética lamarckiana. Vale destacar que, apesar de não ser um “lamarckiano comprometido”, como apontou o historiador George Stocking (1968, p.184), “há muito no trabalho de Boas para atá-lo à tradição do ambientalismo neolamarckiano, que fora bastante divulgado no final do século XIX. Vários de seus antecessores intelectuais, incluindo Rudolf Virchow, claramente envolveram-se com a ideia de que certas características adquiridas eram herdáveis. Boas mesmo constantemente enfatizara a modificação funcional e ambiental dos tipos físicos”.

Do ponto de vista da saúde física, da longevidade e até mesmo da formação moral de uma mesma geração, Roquette-Pinto concordava com Boas que as condições do meio eram importantes na análise antropológica. Segundo ele, suas pesquisas demonstravam não haver dúvidas de que negros e mulatos não tinham, por exemplo, “as mesmas condições de longevidade”, uma vez que eles “não encontram a mesma facilidade de vida, o mesmo ‘amparo social’, que os brancos” (Roquette-Pinto, 1929, p.139-140; destaque no original). Contudo, o antropólogo brasileiro acreditava, de acordo com os pressupostos mendelianos que o informavam, que esse fato não interferiria na conformação das futuras gerações, já que as ações do meio físico ou social não alterariam a estrutura do gene, a célula responsável pela definição das características hereditárias.

Sua firme adesão à genética mendeliana parece ter sido, inclusive, um dos motivos que impediram um diálogo maior entre Roquette-Pinto e Franz Boas. A validade da genética mendeliana seria, aliás, tema de discussão na correspondência que o antropólogo brasileiro mantinha com seu colega Rüdiger Bilden, historiador alemão radicado nos EUA, amigo pessoal de Franz Boas. Ao comentar as “Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil”, texto que Roquette-Pinto enviara a Bilden em 1929, o historiador alemão escreveu: “Você disse em seu artigo: ‘A herança mendeliana é real’. No último inverno eu falei com Boas sobre isso. Ele tem cada vez mais certeza de que as Leis de Mendel não se aplicam aos humanos, ou se aplicam menos do que tem sido assumido” (Bilden, 13 set. 1929).



Nessa mesma correspondência, Bilden (13 set. 1929) também perguntava se Roquette-Pinto já havia recebido o livro *Anthropology and modern life*, que ele havia encaminhado pelo correio semanas antes, e se o colega brasileiro já conhecia *Art of primitive people*, ambos publicados por Boas durante os anos 1920. Em resposta, Roquette-Pinto (15 out. 1929) agradece o envio do “interessante livro do Professor Boas”, afirmando, à respeito de sua adesão às teses de Gregor Mendel: “minhas observações, por mais de 20 anos, não me permitem negar as Leis de Mendel em relação à humanidade. Estou convencido que elas são inteiramente reais”.

### Considerações finais

A despeito do conhecimento que tinha dos estudos do antropólogo alemão radicado nos EUA, ou mesmo das afinidades de seus projetos intelectuais, Roquette-Pinto não sofrera a influência da antropologia boasiana. Entre os estrangeiros, o diálogo com o antropólogo norte-americano Charles Davenport, ou mesmo com a antropologia alemã, foi muito mais importante para a construção da antropologia roquettiana que seu contato com Franz Boas. Embora reconhecesse em Boas um “mestre” da antropologia, como chegou a afirmar em correspondência ao historiador alemão Rüdiger Bilden (Roquette-Pinto, 15 out. 1929), Roquette-Pinto não utilizara sua obra como uma referência científica. Em suas *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil* chegara mesmo a afirmar, referindo-se às “duas correntes” que procuravam explicar a constituição hereditária na espécie humana, que suas próprias pesquisas o levavam a preferir as observações mendelianas de Davenport, e não aquelas que afirmavam a influência do ambiente, como defendia Boas (Roquette-Pinto, 1929, p.139).

Ao contrário do que alguns autores têm assinalado (Ribas, 1990; Stepan, 2005; Keuller, 2008), as concepções antropológicas de Roquette-Pinto, ou mesmo seu antirracismo, não são tributáveis à obra de Franz Boas. Diferentemente do que ocorreu com a obra de seu amigo Gilberto Freyre, cuja influência de Boas e do neolamarckismo teria sido decisiva no seu modo de conceber a ideia de cultura (Araújo, 1994), Roquette-Pinto não apenas não lidou com o conceito de cultura como jamais abandonou a definição mendeliana de raça. Além disso, é importante destacar, como explicou Ricardo Ventura Santos (2012, p.330), que a conversão de Roquette-Pinto à ideia de que as causas do atraso brasileiro eram devidas a fatores sociopolíticos mais do que raciais era anterior ao seu contato com a obra de Franz Boas. Nesse sentido, as explicações sobre a identificação dos ideais antirracistas de Roquette-Pinto e Boas não estão contidas num possível diálogo que o antropólogo brasileiro teria estabelecido com seu colega da Columbia University, mas sim na motivação política e no nacionalismo comprometido com o “povo brasileiro”, por meio do qual procurou reafirmar a viabilidade da formação mestiça do Brasil. Nesse contexto, é preciso considerar também a própria ligação de Roquette-Pinto com a tradição antropológica criada no Museu Nacional, que de maneira geral se caracterizou por visões positivas sobre a miscigenação racial e a formação da nação brasileira (Souza, 2011; Santos, 2012).

Embora este artigo parta da compreensão de que o resultado da produção científica está sempre relacionado às lógicas social, política e cultural determinadas pelos contornos locais ou regionais, a antropologia física desse período só é inteligível quando analisamos as conexões internacionais envolvendo cientistas, intelectuais, instituições e seus objetos de pesquisa.

Como vimos, as primeiras décadas do século XX se caracterizaram pela importância que a questão racial alcançou no cenário internacional, especialmente pela estreita associação que esse tema apresentava nas discussões sobre o futuro das nações, das identidades nacionais, de sua força política e de sua capacidade de se impor perante outras nações. Esse contexto, marcado pelo imperialismo, pelas migrações humanas e o intenso contato entre diferentes sociedades e culturas, não apenas possibilitou um crescente interesse pelos estudos em antropologia física, como também estimulou a realização de pesquisas com populações de diferentes regiões do mundo, em especial aquelas marcadas pela miscigenação racial (Stocking, 1968; Linde, Santos, 2012; Souza, Santos, 2012).

Desse modo, entendo que o pensamento antropológico de Roquette-Pinto expressava os diferentes momentos vividos pela sociedade e pela própria antropologia brasileira, mas também os acontecimentos que mobilizavam o campo da antropologia física e a vida política ao redor do mundo, sobretudo na Europa, nos EUA e nos domínios coloniais. As diferentes formas com que Roquette-Pinto apropriou-se das ideias antropológicas, bem como seu lugar nas discussões científicas internacionais, devem ser vistas como resultado tanto de sua ação política em defesa da identidade racial do Brasil quanto do debate que travou com outros autores, textos e contextos. No que diz respeito à sua interlocução com outros autores, não se pode aceitar a afirmação de que os brasileiros liam os escritores estrangeiros “sem nenhum espírito crítico” (Skidmore, 1976, p.13). Em vez de falar em “cópia malfeita”, ou mesmo em influências intelectuais, como se os autores brasileiros fossem leitores passivos das teorias “vindas de fora”, devemos ressaltar o aspecto criativo das apropriações que as leituras e os diálogos de Roquette-Pinto produziram. É preciso pensar as apropriações e os usos de ideias científicas de acordo com os projetos, anseios e motivações que mobilizavam sua geração de intelectuais, bem como a agenda política e científica e as ideologias sociais vigentes.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: “Casa-grande e senzala” e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34. 1994.
- BILDEN, Rüdiger. Carta a Roquette-Pinto. Arquivo Pessoal Roquette-Pinto. Documento avulso (Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro). 13 set. 1929.
- CARRARA, Sérgio. Estratégias anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entreguerras. In: Hochman, Gilberto; Armus, Diego (Org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. p.427-453. 2004.
- DAVENPORT, Charles. Carta a Edgard Roquette-Pinto. Série 2: Antropologia Física, A.F.T.1.002 (Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional, Rio de Janeiro). 19 abr. 1929.
- DAVENPORT, Charles. Inheritance of stature. *Genetics*, v.2, n.4, p.313-389. 1917a.
- DAVENPORT, Charles. The effects of race intermingling. *Proceedings of the American Philosophical Society*, v.56, n.4, p.364-368. 1917b.
- DAVENPORT, Charles. *Heredity in relation to eugenics*. New York: Henry Holt. 1911.
- DAVENPORT, Charles; STEGGERDA, Morris. *Race crossing in Jamaica*. New York: Carnegie Institution of Washington. 1929.
- DUARTE, Regina Horta. Em todos os lares, o conforto da ciência e da arte: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil, 1923-1934. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v.11, n.1, p.33-56. 2004.
- FARBER, Paul Lawrence. *Mixing races: from scientific racism to modern*

- evolutionary ideas. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 2011.
- GRANT, Madison.  
Introduction. In: Stoddard, Lothrop. *The rising tide of color against white world-supremacy*. New York: Charles Scribner's Sons. p.XI-XXXII. 1920.
- GRANT, Madison.  
*The passing of the great race; or, The racial basis of European history*. New York: Charles Scribner's Sons. 1916.
- GUTERL, Matthew Pratt.  
*The color of race in America, 1900-1940*. Cambridge: Harvard University Press. 2002.
- KEULLER, Adriana.  
*Estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, ideias e instrumentos, 1876-1939*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.
- KEVLES, Daniel.  
*In the name of eugenics: genetics and the uses of human heredity*. Los Angeles: University of California Press. 1985.
- LIMA, Nísia Trindade.  
Antropologia, raça e questão nacional: notas sobre as contribuições de Edgard Roquette-Pinto e um possível diálogo com Franz Boas. In: Heizer, Alda; Videira, Antonio A.P. (Org.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj. p.255-276. 2010.
- LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Org.).  
*Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. p.57-86. 2008.
- LINDEE, M. Susan; SANTOS, Ricardo Ventura.  
The biological anthropology of living human populations: world histories, national styles, and international networks. *Current Anthropology*, v.53, n.55, p.S3-S16. 2012.
- MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.).  
*Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 1996.
- PROCTOR, Robert.  
From Anthropologie to Rassenkunde in the German anthropological tradition. In: Stocking, George (Ed.). *Bones, bodies, behavior: essays on biological anthropology*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press. p.138-179. 1998.
- PROVINE, William B.  
Geneticists and the biology of race crossing. *Science*, v.182, n.4114, p.790-796. 1973.
- RIBAS, João B.C.  
*O Brasil é dos brasileiros: medicina, antropologia e educação na figura de Roquette-Pinto*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Campinas, Campinas. 1990.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard.  
*Rondônia: antropologia-etnographia*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2005.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard.  
Notas e opiniões. *Jornal do Brasil*. 27 jun. 1954.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard.  
*Ensaio brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1941.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard.  
*Ensaio de antropologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1933.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard.  
Prometheus or biology and the advancement of man. *Boletim de Ariel*, n.1. out. 1931.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard.  
Carta a Rüdiger Bilden. Arquivo Pessoal Roquette-Pinto. Documento avulso (Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro). 15 out. 1929.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard.  
Os fatores da raça. *Diário Nacional*. 2 abr. 1929.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard.  
Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil. In: Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, 1., Rio de Janeiro. *Atas...* Rio de Janeiro: [s.n.]. p.119-147. 1929.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard.  
*Seixos rolados: estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado e Cia. 1927.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard.  
Relatório do Congresso Internacional dos Americanistas apresentado ao Diretor do Museu Nacional. Caixa 17, documento 25 (Arquivo do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro). 14 jan. 1925.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard.  
Caderno de anotações. Arquivo Pessoal Roquette-Pinto. Documento avulso (Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro). 1925.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard.  
Antropologia das novas nações antropológicas. Arquivo Pessoal Roquette-Pinto. Documento avulso, 48p. (Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro). 1924.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard.  
Nossa gente. Arquivo Pessoal Roquette-Pinto. Documento avulso (Centro de Memória da

Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro). 1921.

ROQUETTE-PINTO, Edgard.  
Euclides da Cunha, naturalista. *Revista do Brasil*, v.8, n.29, p.20-38. 1918.

ROSENBERG, Charles E.  
*No other gods: on science and American social thought*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 1997.

SANTOS, Ricardo Ventura.  
Guardian angel on a nation's path: contexts and trajectories of physical anthropology in Brazil in the late nineteenth and early twentieth centuries. *Current Anthropology*, v.53, suppl.5, p.S17-S32. 2012.

SCHULTZ, Alfred.  
*Race or mongrol: a brief history of the rise and fall of the ancient races of earth*. Boston: L.C. Page. 1908.

SCHWARCZ, Lilia M.  
*O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

SKIDMORE, Thomas.  
*Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de.  
*Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro, 1905-1935*. Tese

(Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro. 2011.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.).  
Dossiê: corpos, medidas e nação. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v.7, n.3. 2012.

SPIRO, Jonathan Peter.  
*Defending the master race: conservation, eugenics, and the legacy of Madison Grant*. New England: University Press of New England. 2009.

STEINMETZ, George.  
*The devil's handwriting: precoloniality and the German colonial state in Quindao, Samoa, and Southwest Africa*. Chicago: The University of Chicago Press. 2007.

STEPAN, Nancy.  
*A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2005.

STOCKING, George.  
*Race, culture, and evolution: essays in the history of anthropology*. Chicago: University Of Chicago Press. 1968.

STODDARD, Lothrop.  
*The rising tide of color against white world-supremacy*. New York: Charles Scribner's. 1920.

